

UNIDADE DIDÁTICA III – BRASIL COLÔNIA (1530-1820)

1. A OCUPAÇÃO EFETIVA DA COLÔNIA E O EMPREENDIMENTO CANAVIEIRO

As estruturas colonialistas e as relações estabelecidas entre as metrópoles europeias e suas colônias americanas modificaram-se com o passar do tempo e de acordo com os acontecimentos vividos nas diferentes nações colonizadoras. As relações metrópole-colônia também foram influenciadas pelas relações desenvolvidas entre as potências (sejam coloniais ou não). A distinção dos projetos coloniais de cada potência definia de que forma as metrópoles iriam se relacionar com suas colônias e seus habitantes locais (nesse caso indígenas).

As regras vigentes para o mercantilismo foram norteadoras para as atividades coloniais. A busca era por metais preciosos. O metalismo consistia em fator determinante para consolidação do Estado-nação nascente. O monopólio comercial ou no caso específico colonial era chamado de “exclusivo comercial”. Este adotou formas diversas de acordo com o período e consistia na seguinte lógica: para enriquecer o país era necessário não permitir que os demais também o fizessem, garantindo o maior número de moedas em circulação dentro da nação.

Na maior parte dos casos, a colonização se deu através das grandes propriedades, utilizando-se de mão-de-obra escrava. A relação foi desigual - de dominação, atendendo aos interesses mercantilistas. A estrutura do sistema colonialista buscava uma relação bastante clara: a colônia deveria fornecer matéria prima à metrópole e, ainda, gerar um mercado consumidor, colaborando assim para uma balança comercial favorável.

Por sua vez, os povos colonizados tiveram que aceitar a autoridade do Estado colonizador, pacificamente ou não. Nesse sentido, os países católicos possuíam um forte aliado: a Igreja, que tratava de impor efetivamente os preceitos da mesma e sucessivamente os do Estado. Porém, até mesmo a relação Estado – Igreja foi abalada em diversos momentos do processo de colonização.

A primeira região brasileira a ser efetivamente colonizada e, conseqüentemente, urbanizada, foi o litoral do Nordeste. No princípio, a região sul era uma área mais periférica, por não participar ativamente da economia agro-

exportadora. A cidade de Salvador foi capital da colônia e sua principal metrópole até 1763.

A principal atividade econômica foi o empreendimento canavieiro. No século XV o açúcar era uma especiaria muito utilizada na Europa como remédio ou condimento exótico. Ao longo do século XVI foi se tornando um produto bastante consumido e apreciado pela aristocracia, mas acabou por se transformar num artigo de consumo de massa.

O açúcar já era produzido nas ilhas portuguesas do Atlântico (Açores e Madeira). Tendo em vista a alta lucratividade dos negócios, juntando-se às intenções da Coroa de colonizar efetivamente suas terras no novo continente, resolveu Portugal incentivar a produção do açúcar, especialmente na capitania da Bahia, que andava até então abandonada. O Governo Geral concedeu, inclusive, isenção de impostos para os produtores.

Em 1532, Martim Afonso de Souza trouxe em sua expedição mudas de cana e, a partir daí, foram constituídos engenhos produtores de açúcar em todas as capitanias, de São Vicente a Pernambuco. No entanto, os principais engenhos de açúcar situavam-se nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, devido às condições naturais favoráveis (solo e regime de chuvas adequado), mas também por fatores políticos e econômicos. Salvador e Recife tornaram-se importantes portos, na medida em que havia certa facilidade no escoamento da produção (FAUSTO, 2003: 78).

Os engenhos eram formados pela plantação da cana, pelo equipamento necessário para sua transformação e beneficiamento do açúcar, além da casa-grande e da senzala. O processamento da cana era um procedimento complexo, que contava com várias etapas, começando pela moenda da cana, até chegar à produção do açúcar propriamente dito.

A instalação e o funcionamento de um engenho eram custosos e dependiam da obtenção de créditos. No princípio do século XVI os financiadores eram basicamente investidores estrangeiros ou da própria metrópole. Posteriormente, instituições religiosas e beneficentes, além de comerciantes começaram a investir no empreendimento, oferecendo empréstimos a juros aos produtores.

No que tange à estrutura social, os engenhos eram constituídos basicamente pelos senhores e seus escravos – oposição essa representada pela “casa-grande” e

pela “senzala”. No entanto, é necessário lembrar que até 1560 a mão-de-obra utilizada foi indígena, quando se deu a transição da escravidão indígena para a africana. Os escravos, independente da época, sempre tiveram péssimas condições de trabalho.

Já os senhores de engenho, normalmente proviam de famílias de origem nobre, imigrantes com posses, comerciantes ou funcionários de altos cargos da administração portuguesa. Com o tempo, os donos de engenhos foram formando uma classe homogênea, promovendo, inclusive, casamentos entre famílias.

Entre estes dois polos, senhores e escravos, havia os homens livres, trabalhadores brancos (por exemplo, plantadores de cana independentes, sem recursos para estabelecer um engenho, e também artesãos, ferreiros, serralheiros, etc) e ex-escravos libertos.

O açúcar foi o principal produto da economia agro-exportadora da colônia portuguesa na América até os anos de 1620. Durante esse período, o negócio se expandiu devido ao crescimento da demanda pelo produto na Europa e a ausência de concorrência. Com as invasões holandesas no Nordeste e a Guerra dos Trinta Anos na Europa a produção açucareira foi prejudicada. Além disso, a partir da década de 1630, o açúcar da América portuguesa teve de enfrentar a concorrência da produção nas Antilhas.

Apesar do declínio da importância do açúcar ser comumente associado com a descoberta do ouro, é preciso fazer a ressalva de que a exploração das minas no século XVIII não significou o fim da produção de açúcar. O mesmo continuou a ser um produto muito importante para a economia exportadora.

Por fim, é importante ressaltar que a economia da colônia – e mesmo da região Nordeste – não se resumia apenas à produção do açúcar. Segundo Fausto (2003: 83):

Do ponto de vista econômico e social, o Nordeste colonial não foi só açúcar, até porque o próprio açúcar gerou uma diversificação de atividades, dentro de certos limites. A tendência à especialização no cultivo da cana trouxe como consequência uma contínua escassez de alimentos, incentivando a produção de gêneros alimentícios, especialmente da mandioca. A criação de gado esteve também em parte vinculada às necessidades da economia açucareira. Houve ainda outras atividades, como a extração da madeira e o cultivo do fumo.

2. AS AMEAÇAS EXTERNAS AO LITORAL, A DEFESA DA COLÔNIA

O Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, foi de encontro aos interesses das demais nações europeias que se lançaram ao expansionismo tardiamente. O primeiro país a ignorar a divisão do mundo entre portugueses e espanhóis foi a França.

Uma das primeiras investidas francesas se deu com o intuito de fundar a Nova França, no território do atual Canadá. Para a região foram enviados trabalhadores do campo, que terminou por tornar a agricultura a principal atividade comercial lucrativa na região. A política do novo império colonial não divergiu muito das adotadas pelas principais potências. Buscaram povoar a colônia, enviaram católicos e desenvolveram aquilo que seria mais lucrativo à metrópole.

A grande diferença da política adotada para com a colônia ficou por conta de quem era enviado para povoar a Nova França: somente nobres franceses. A ideia era construir uma sociedade colonial igual à da metrópole. O sucesso de povoamento permitiu aos franceses ampliar seu território na América do Norte, anexando a região chamada de Luisiana. A ampliação do território francês foi contida pelos ingleses também presentes na região. O próprio modelo de colonização onde somente os nobres tinham seus interesses atendidos propiciou as condições para que não perdurasse o sucesso colonial francês.

Os olhos franceses também se voltaram para o território brasileiro. Foi durante o Governo-Geral de Duarte da Costa que os franceses estabeleceram a “França Antártica” no Rio de Janeiro. Até então as ações francesas na região ficavam por conta da pirataria. Em decorrência dos conflitos religiosos (católicos x protestantes) que ocorreram na França, no século XVI, houve a busca efetiva dos franceses às terras portuguesas. O interesse francês pelas terras brasileiras já havia sido evidenciado em relação à extração de produtos, porém a tentativa de tomada de terras ocorreu no atual Estado do Rio de Janeiro, onde os mesmos fundaram a França Antártica, com apoio de grupos indígenas. O sucesso da empreitada francesa não durou muito. Os portugueses conseguiram definitivamente expulsá-los da região no Governo-Geral seguinte, Mem de Sá.

À outra tentativa de fundar uma colônia em terras portuguesas foi dado o nome de “França Equinocial”. Os franceses fundaram um forte com o nome de São Luís, no atual Estado do Maranhão, faixa de terra brasileira sem efetiva ocupação portuguesa. A região era habitada pelos Tupinambás, que tiveram sua simpatia conquistada pelos franceses. O local era estratégico. Os franceses foram combatidos por portugueses e espanhóis, que se uniram para impedir o desrespeito ao Tratado de Tordesilhas.

Em toda a América colonial, o trabalho compulsório foi utilizado em larga escala. No entanto, enquanto na espanhola diferentes formas foram utilizadas, na portuguesa predominou a mão-de-obra escrava.

Conforme foi mencionado anteriormente, houve uma passagem da escravidão indígena para a africana.

Essa passagem foi menos demorada no núcleo central e mais rentável da empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. Custou a ser feita nas regiões periféricas, como é o caso de São Paulo, que só no início do século XVIII, com a descoberta das minas de ouro, passou a receber escravos negros em número regular e considerável. (FAUSTO, 2003: 49).

Desde o início da colonização, os indígenas foram submetidos à escravização e à catequese, por meio das ordens missionárias – dentre as quais destacou-se a ordem jesuítica. Os indígenas resistiram à sujeição por meio da guerra, da fuga ou mesmo pela simples recusa ao trabalho compulsório. Tinham melhores condições de resistir do que os africanos, por conhecerem bem o território, de modo a facilitar fugas. Outro fator que contribuiu para o abandono da escravidão indígena foi o genocídio. Milhares de índios morreram vítimas de doenças trazidas pelos brancos ou em conflitos, dada a superioridade bélica dos europeus.

Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos, e a Coroa começou a tomar medidas através de várias leis, para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de ‘guerras justas’, isto é, guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática da antropofagia. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas... (FAUSTO, 2003: 50)

Os portugueses já praticavam o tráfico de escravos africanos desde o século XV e utilizavam sua mão-de-obra na produção açucareira das possessões insulares portuguesas no Atlântico. Sabiam, portanto, que tratava-se de um negócio rentável. Os africanos que foram trazidos para o Brasil como escravos vieram de lugares variados da África, dependendo da organização do esquema do tráfico. Durante o século XVI vieram africanos primordialmente da Guiné (Bissau e Cacheu) e da Costa da Mina. Já ao longo do século XVII, foram trazidos negros bantos, das regiões do Congo e de Angola.

Na América portuguesa, os principais centros importadores foram as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro:

Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao Golfo do Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da capital, sobretudo a partir do início do século XIX. (FAUSTO, 2003: 51-52)

É importante ressaltar que os negros apresentaram uma resistência cotidiana à escravidão, além das constantes fugas e, algumas vezes, até mesmo agressões contra os senhores. A existência dos quilombos – “(...) aglomerações de escravos fugidos, uma verdadeira reação cultural contra o tipo de vida que o português lhes impunha no Brasil” (FROTA, 2000: 80) – são a prova disso, sendo o mais importante e conhecido deles o quilombo dos Palmares, formado no início do século XVII. Os quilombolas de Palmares resistiram por quase um século aos ataques dos portugueses, mas acabaram por sucumbir em 1695, em vista das ações perpetradas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Apesar das inúmeras tentativas, com certeza os africanos tinham possibilidades mais limitadas de resistência do que os indígenas, considerando que eram “desenraizados de seu meio”, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho” (FAUSTO, 2003: 52). Além disso, nem a Igreja Católica, nem a Coroa portuguesa se opuseram à escravidão africana. A legislação então vigente também não oferecia a proteção necessária aos escravos.

3. O BRASIL NA UNIÃO IBÉRICA (1580-1640)

O fim da dinastia de Avis em Portugal iniciou uma crise sucessória que resultou na transferência do trono português à Coroa espanhola. Em virtude de uma série de consequências para a colônia portuguesa na América. Devido ao conflito entre Espanha e os Países Baixos (especificamente a Holanda), o relacionamento com Portugal ficou comprometido.

Entre os anos de 1609 e 1621, por causa da Trégua dos Doze anos entre Espanha e Holanda, não houve conflitos. Contudo, no período em que terminou a trégua, foi criada a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Tal empresa, que contava com capitais do Estado e de particulares, teve como objetivo ocupar as regiões de produção açucareira na América portuguesa e controlar o comércio de escravos no Atlântico. Como afirma Boris Fausto (2003: 84):

As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

Contra as invasões holandesas resistiram não apenas os portugueses, mas também a gente da colônia (ainda que não tivessem uma identidade autônoma em relação à Metrópole). Representou grande esforço militar e financeiro por parte da Coroa e dos colonos envolvidos.

A história da ocupação holandesa no Brasil começou com a invasão de Salvador, capitania da Bahia, em 1624, onde permaneceram por um ano, rendendo-se após grandes enfrentamentos locais, e posterior cerco realizado por mar, com uma esquadra luso-espanhola, em 1625.

Em 1630 houve nova invasão, desta vez em Pernambuco, com a conquista das cidades de Olinda e Recife. Por sete anos holandeses e pernambucanos se enfrentaram e a predominância militar holandesa confirmou a conquista. De 1637 a 1644 Pernambuco foi governada pelo príncipe holandês Maurício de Nassau, que estabeleceu importantes iniciativas políticas e administrativas. Nassau favoreceu a

vinda de artistas e naturalistas para Pernambuco e conseguiu manter durante seu governo um período de relativa paz. No entanto, em 1644 foi obrigado a retornar à Europa, por causa de desavenças com a Companhia das Índias Ocidentais.

Com a volta de Nassau à Europa, Pernambuco viveu novo período de guerra, no qual se destacaram as Batalhas de Guararapes (1648 e 1649), campanha militar que teve como consequência a derrota holandesa. Diversos fatores contribuíram para a derrota holandesa: a Companhia das Índias Ocidentais entrou em crise, cresceram entre os holandeses os partidários da paz com Portugal, e a guerra entre Holanda e Inglaterra (1652) tornou os recursos para investidas militares no Brasil escassos. No entanto, os conflitos em Pernambuco só cessaram em 1654, com a reconquista da região por parte dos portugueses.

Os recursos levantados localmente para a guerra no Nordeste representaram dois terços dos gastos, na fase de resistência, e a quase totalidade, na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra, tropas formadas por portugueses, castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase, soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, a “guerra do Brasil”, de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses, em oposição à “guerra da Europa” do tipo tradicional. (FAUSTO, 2003: 88)

A luta contra os holandeses incentivou o nativismo pernambucano e a região assistiu inúmeras revoltas e manifestações de autonomia em relação à Metrópole portuguesa. “O nativismo de Pernambuco teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos, mas manteve-se como referência básica no imaginário pernambucano” (FAUSTO, 2003: 89).

As invasões holandesas demonstraram bem a relação entre a produção açucareira e o tráfico de escravos. Afinal, enquanto controlaram a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses tiveram também o controle do tráfico de escravos na África. Houve, inclusive, frentes de combate também nas colônias portuguesas na África, com a ocupação de São Paulo de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Os portugueses retomaram a região em 1648, com uma expedição saída do Brasil, comandada por Salvador Correia de Sá.

O fim da União Ibérica, a partir da ascensão de Dom João IV ao trono português em 1680, não significou o fim do conflito entre Portugal e Holanda, pois durante aqueles anos as relações entre os dois países haviam se transformado, tendo em vista a ocupação holandesa em uma parte do território português na América.

4. A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA PARA ALÉM DO TRATADO DE TORDESILHAS

Se no início da colonização os portugueses se limitaram a ocupar apenas o espaço litorâneo do território e defendê-lo da ocupação estrangeira, posteriormente, ainda no século XVI, com o intuito de buscar metais preciosos, organizaram “entradas” para o interior. Muitas vezes, no entanto, não encontravam as riquezas que buscavam, mas aproveitavam a empreitada para aprisionar indígenas que eram vendidos como escravos. Estas entradas ficaram conhecidas como “Tropas de Resgate” (FROTA, 2000: 64).

A partir de 1580 (início da União Ibérica), as entradas se tornaram mais intensas e despreocupadas com os limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas. Desta forma, os portugueses chegaram até a região do Amazonas, ao norte, e do Rio da Prata, ao sul. Além disso, os portugueses aumentaram o território por eles conquistado com a expulsão dos franceses, ampliando as terras utilizadas pelos engenhos de açúcar e para a criação de gado.

As “bandeiras” foram expedições organizadas por colonos e formadas também por indígenas e mestiços com o objetivo de encontrar na porção de terras da América portuguesa metais preciosos, considerando que os espanhóis haviam encontrado ouro e prata em suas terras. As “bandeiras” foram organizadas fundamentalmente por paulistas. Organizaram-se segundo o modelo de disciplina militar e não costumavam respeitar a fronteira imposta por Tordesilhas.

Também as “bandeiras” paulistas não tiveram o resultado esperado em um primeiro momento e dedicaram-se a aprisionar indígenas para serem vendidos como escravos. Essas expedições ficaram conhecidas como “bandeirantismo de apresamento” e tiveram seu apogeu no século XVII, no período em que os

holandeses controlavam o fornecimento de escravos na costa africana e ocupavam o nordeste brasileiro, tendo em vista que as outras regiões da colônia portuguesa, não dominadas pelos flamengos, ficaram carentes de mão-de-obra.

Apesar de ter sido o bandeirismo destrutivo em seu início, agindo mais em extensão do que em profundidade, ele permitiu a descoberta do ouro, o que ocasionou uma corrida para o interior. Este, antes despovoado, coloriu-se de uma multidão que se despençou da costa e de além-mar na ânsia de enriquecimento fácil, provocando o alargamento político do território, mas também o abandono das fazendas de açúcar, atingindo especialmente o Nordeste. (FROTA, 2000: 76)

O avanço das fronteiras no Sul da colônia esbarrou em uma série de conflitos com os espanhóis, principalmente com o movimento paraguaio, que avançava em direção ao mar. A região do rio Prata foi o alvo principal das disputas (visto como possibilidade de fronteira natural da colonização portuguesa), palco de um embate bélico sangrento e origem de uma série de atos e documentos que tentaram garantir o domínio português sobre o território.

Um último aspecto do bandeirantismo, ocorrido principalmente na segunda metade do século XVII (FROTA, 2000:79-80), foi o “sertanismo de contrato”. Alguns dos bandeirantes que não conseguiram encontrar grandes riquezas, mas eram hábeis na prática de palmilhar o interior, foram contratados pela administração para realizar buscas a escravos fugidos, destruir quilombos, e combater indígenas.

5. A DESCOBERTA DO OURO: UM NOVO CICLO ECONÔMICO

Desde o início da ocupação portuguesa nas Américas, a busca por ouro foi constante na América portuguesa, já que metais preciosos foram encontrados em abundância na América espanhola. Os paulistas, em suas andanças pelo sertão, finalmente encontraram ouro em fins do século XVII. Também foram descobertos diamantes, mas sua importância econômica foi menor.

A exploração de metais representou uma grande mudança, tanto na colônia quanto na metrópole. A corrida pelo ouro provocou a primeira grande corrente migratória para o Brasil, durante os primeiros sessenta anos do século XVIII. Pessoas das mais diversas origens vieram para o Brasil em busca do circuito do

ouro. Comerciantes, pequenos proprietários, padres, prostitutas e aventureiros, todos buscaram enriquecer com o metal aqui descoberto. De Portugal e das ilhas do Atlântico chegaram, por ano, cerca de dez mil pessoas.

A descoberta do metal precioso aliviou momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação à Inglaterra era um fato consumado. Para ficar em um exemplo apenas, o Tratado de Methuen, firmado pelos dois países em 1703, indicava a diferença entre um Portugal agrícola, de um lado, e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização, de outro. Portugal obrigou-se a permitir a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, enquanto a Inglaterra comprometeu-se a tributar os vinhos portugueses importados com redução de um terço do imposto pago por vinhos de outras procedências. É bom lembrar que a comercialização do vinho do Porto estava nas mãos dos próprios ingleses.

Durante muitos anos, o desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Espanha, causado por essa política, foi compensado com o ouro vindo do Brasil (FROTA, 2000:98-99).

O ouro também trouxe mudanças na colônia. Aos poucos, o eixo do Nordeste foi perdendo importância, e a proximidade das minas fez com que o Centro-Sul se tornasse o local privilegiado do comércio com a metrópole. O porto do Rio de Janeiro, de onde vinham escravos e suprimentos e escoava o ouro, cresceu e a cidade tornou-se a capital da colônia, em 1763.

Com a exploração de ouro e diamantes, aumentou a necessidade da metrópole de controlar o ouro que saía de seus domínios. Foram criados o imposto do quinto – a quinta parte de todos os metais extraídos pertencia ao rei – e a capitação – imposto cobrado dos mineradores por cabeça de escravo.

O grande desequilíbrio criado pelo protagonismo da região Centro-Sul preocupou as autoridades que tomaram algumas providências no sentido de diminuir o desequilíbrio entre a região das minas e o resto da colônia.

Arrecadar impostos e organizar a sociedade das minas foram os dois objetivos básicos da administração portuguesa, relacionados aliás entre si. Para isso, era necessário estabelecer normas, transformar acampamentos de garimpeiros em núcleos urbanos, criar um aparelho burocrático com diferentes funções. (FROTA, 2000:101)

O processo migratório causado pela busca do ouro foi responsável por mais do que o simples aumento de número de portugueses e pessoas de diferentes classes no Brasil. Foi criada uma máquina burocrática em torno desse comércio que constituiu uma sociedade diferenciada, organizada, formada não só de mineradores, mas de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas e militares. “Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais.” (FROTA, 2000:102)

Apesar da intensidade do comércio e da importância que teve na construção da sociedade da América portuguesa, o ciclo do ouro já não tinha muita força no início do século XIX. O período do apogeu, entre os anos de 1733 e 1748, foi encerrado devido, principalmente, à queda na produção e à dificuldade de alcançar novas grandes jazidas.

6. REBELIÕES NATIVISTAS

No final do século XVII, o Brasil começou a entrar numa fase de profundas transformações. Reinóis, nativos e escravos amalgamavam-se nas duras tarefas de conquistar a terra, domesticar o gentio e, sobretudo, expulsar invasores. Formava-se lentamente a argamassa do povo brasileiro, provocando movimentos sediciosos ainda inconsistentes e de fundo nitidamente econômico, uma reação contra o fiscalismo exagerado. A amplitude territorial e a heterogeneidade da população não permitiram a presença de movimentos amplos e sim regionais. (FROTA, 2000:205)

6.1. A REVOLTA DE BECKMAN (1684)

O Estado do Maranhão foi criado em 1621, englobando as capitanias do Ceará, do Maranhão e do Grão-Pará. Existia nessa região uma constante perseguição aos índios para o trabalho na lavoura açucareira, já que os senhores encontravam dificuldades para conseguir escravos negros, desde a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Os jesuítas, liderados pelo Pe. Antônio Vieira, reagiram em defesa dos índios que trabalhavam na colheita, dominada pela ordem religiosa, de “drogas do sertão”.

Como a exploração de escravos indígenas não trazia lucro para Portugal, que se beneficiava muito do tráfego negreiro, a metrópole acabou apoiando a reação dos jesuítas que despertaram o ódio nos senhores exasperados pela falta de escravos em suas lavouras.

Liderados pelos irmãos Beckman, senhores de engenho da área organizaram-se numa revolta contra a companhia de comércio da região (responsável pelo comércio de escravos negros) e contra os jesuítas, que acabaram expulsos. Mas, mesmo assim, a escravização indígena acabou proibida.

6.2. A GUERRA DOS EMBOABAS (1708-1709)

A grande migração de pessoas para as áreas de garimpo era uma preocupação constante da Coroa. Logo no início da atividade em Minas, a Câmara de São Paulo reivindicou, junto ao rei de Portugal, que somente os moradores da Vila de São Paulo (responsáveis pela descoberta das jazidas) tivessem a permissão para procurar ouro. Tratava-se, no entanto, de um pedido impossível, já que muitos se dirigiam à região, não só brasileiros (principalmente baianos) e portugueses, mas também de estrangeiros.

Tal disputa se configurou num conflito civil localizado, que ficou conhecido como a “Guerra dos Emboabas” (1708-1709). De um lado paulistas, do outro, estrangeiros e baianos. Os paulistas não obtiveram a exclusividade pretendida, mas conseguiram a criação da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Minas Gerais se tornou uma capitania separada somente no ano de 1720.

6.3. A GUERRA DOS MASCATES (1710-1711)

Em Pernambuco, a rivalidade entre os decadentes agricultores da vila de Olinda e os progressistas comerciantes de Recife acabou explodindo em 1710. A dominação holandesa foi responsável por um grande desenvolvimento em Recife, que se tornou um movimentado porto. “Mascate” era como os ricos comerciantes portugueses de Recife eram denominados pela aristocracia de Olinda. Por solicitação popular, D. João V elevou Recife à categoria de vila em 19 de novembro

de 1709. A partir daí uma discordância a respeito da delimitação territorial entre as duas vilas acirrou a disputa.

Um tiro disparado contra o governador, atingindo-o na perna, fez com que violentas medidas de repressão fossem tomadas contra os olindenses que, comandados pelo Capitão Pedro Ribeiro, acabaram cercando Recife, invadindo e demolindo o pelourinho (símbolo da transformação de Recife em vila). O governador fugiu para Salvador e os senhores de engenho de Olinda reunidos em assembleia decidiram acerca do futuro da região e sobre o substituto do governador.

A tranquilidade durou sete meses, mas o conflito acabou retornando quando Recife foi cercada pelos comerciantes antes expulsos que se vingaram dos olindenses e retomaram o controle da região.

7. AS REVOLTAS COLONIAIS

Aplacados os excessos das desavenças entre paulistas e emboabas, a região das minas passou pela administração eficiente de D. Braz Baltazar da Silveira; fundou vilas e ajustou uma fórmula de cobrança dos 'quintos'. (FROTA, 2000:211).

A cobrança dos 'quintos' garantia à Coroa uma grande parte da produção de ouro da Colônia. Entretanto, existia uma altíssima taxa de sonegação do imposto. Circulava ouro em pó e em pepitas, que eram usados como moeda, facilitando a fuga da fiscalização.

Por isso, a Metrópole resolveu criar, nas áreas das Minas, quatro casas de fundição (através da carta-régia de 19 de fevereiro de 1719), e proibir qualquer ouro não quintado de circular. Os habitantes, principalmente de Vila Rica (atual Ouro Preto, MG), não aceitaram as novas regras.

A revolta, fundamentalmente um movimento econômico, no fim não conseguiu alcançar seu objetivo. A resistência contra a medida reguladora não se sustentou, mas conseguiu que fosse criada a Capitania Geral de Minas Gerais, separada da de São Paulo, em dezembro de 1720.

As ideias que então sacudiram a França, produto de filósofos racionalistas, penetraram o Brasil trazidas por clérigos esclarecidos e por estudantes que

havam cursado as universidades europeias (...). A independência das Colônias Inglesas da América (1776) servia de exemplo pelo êxito alcançado (...). Formara-se em Vira Rica, sede da capitania, uma elite cultural (...) estes intelectuais se reuniam e discutiam a situação política. (FROTA, 213-215)

Dentre essa elite cultural, referida por Frota, encontrava-se o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado de “O Tiradentes”. Ele participou do movimento que ficou conhecido como a “Conjuração Mineira”. Suas principais reivindicações foram: a separação política de Portugal; a instauração da república; a transferência da capital para o interior; a libertação dos escravos que aderissem ao movimento e a criação de uma universidade. A conspiração contra a administração colonial acabou revelada através de cartas-denúncias enviadas ao Visconde de Barbacena.

Vários revoltosos foram presos, mas foi Tiradentes, após sete meses de prisão, que confessou ser o mentor do movimento. Cumpriu a sentença de pena de morte na forca em 21 de abril de 1789 e teve seu corpo esquartejado e exposto como exemplo, para desestimular novas insurgências.

A conspiração não saiu do apertado círculo dos que a tramaram. Malograda, traduzia, contudo, uma atitude mental que principiava a amadurecer, de rebeldia nascente frente ao despotismo. Influuiu no espírito político da época; a derrama deixou de ser aplicada e a Coroa aboliu o estanco do sal. (FROTA, 218)

8. AÇÕES DE CORSÁRIOS NO LITORAL

O Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, foi de encontro aos interesses das demais nações europeias que se lançaram ao expansionismo tardiamente. O primeiro país a ignorar a divisão do mundo entre portugueses e espanhóis foi a França.

Uma das primeiras investidas francesas se deu com o intuito de fundar a Nova França, no território do atual Canadá. Para a região foram enviados trabalhadores do campo, que terminou por tornar a agricultura a principal atividade comercial lucrativa na região. A política do novo império colonial não divergiu muito das adotadas pelas principais potências. Buscaram povoar a colônia, enviaram católicos e desenvolveram aquilo que seria mais lucrativo à metrópole.

A grande diferença da política adotada para com a colônia ficou por conta de quem era enviado para povoar a Nova França: somente nobres franceses. A ideia era construir uma sociedade colonial igual à da metrópole. O sucesso de povoamento permitiu aos franceses ampliar seu território na América do Norte, anexando a região chamada de Luisiana. A ampliação do território francês foi contida pelos ingleses também presentes na região. O próprio modelo de colonização onde somente os nobres tinham seus interesses atendidos propiciou as condições para que não perdurasse o sucesso colonial francês.

Os olhos franceses também se voltaram para o território brasileiro. Foi durante o Governo-Geral de Duarte da Costa que os franceses estabeleceram a “França Antártica” no Rio de Janeiro. Até então as ações francesas na região ficavam por conta da pirataria. Em decorrência dos conflitos religiosos (católicos x protestantes) que ocorreram na França, no século XVI, houve a busca efetiva dos franceses às terras portuguesas. O interesse francês pelas terras brasileiras já havia sido evidenciado em relação à extração de produtos, porém a tentativa de tomada de terras ocorreu no atual Estado do Rio de Janeiro, onde os mesmos fundaram a França Antártica, com apoio de grupos indígenas. O sucesso da empreitada francesa não durou muito. Os portugueses conseguiram definitivamente expulsá-los da região no Governo-Geral seguinte, Mem de Sá.

À outra tentativa de fundar uma colônia em terras portuguesas foi dado o nome de “França Equinocial”. Os franceses fundaram um forte com o nome de São Luís, no atual Estado do Maranhão, faixa de terra brasileira sem efetiva ocupação portuguesa. A região era habitada pelos Tupinambás, que tiveram sua simpatia conquistada pelos franceses. O local era estratégico. Os franceses foram combatidos por portugueses e espanhóis, que se uniram para impedir o desrespeito ao Tratado de Tordesilhas.

9. OS TRATADOS DE LIMITES: A NOVA FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Muitos foram os conflitos que contribuíram para a definição do território brasileiro. As investidas francesas ao norte e as constantes vitórias de Portugal acabaram por “empurrar” o domínio português além do Amapá, chamada de Guiana

brasileira. As tensões nessa área só foram solucionadas pelos Tratados de Utrecht de 1713 e de 1715.

No primeiro Tratado, assinado em 11 de abril de 1713, a França renunciava ao território do Cabo do Norte, entre os rios Amazonas e Oiapoque.

No segundo Tratado de Utrecht, em 6 de fevereiro de 1715, a Espanha devolveu a Colônia do Sacramento à Portugal, mas diferentemente do primeiro, sua assinatura não deu um fim às tensões na região.

Os conflitos nessa área foram importantes para o avanço do domínio português pelo planalto central e pela planície amazônica. Tantas foram as tensões no Sul que a Espanha não percebeu o avanço nas outras áreas.

Somente em 1750, com o casamento de D. Maria Bárbara, princesa de Portugal, com Fernando VI, príncipe da Espanha, que foi possível negociar o tratado de Madri. Nele, o tratado de Tordesilhas foi finalmente abolido, Portugal abriu mão da Colônia de Sacramento, recebendo em troca as terras dos Sete Povos das Missões, as terras do Centro e Norte do Brasil, consideradas de pouco valor. Com o Tratado de Madri, as guerras europeias ficaram definitivamente fora de território brasileiro.

Apesar de ter sido de extrema importância para a definição do território brasileiro, o Tratado de Madri encontrou resistência tanto entre espanhóis quanto entre portugueses. Tanto que em 1761, um novo tratado, em El Pardo, tornou nulas as disposições daquele tratado.

Em 1777, sob direção de D. Maria I, com a queda de Marquês de Pombal, o Tratado de Santo Ildefonso foi assinado. Ele definia que a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões ficavam em poder da Espanha.

Mas mesmo assim os desentendimentos persistiram. Somente em 1801 foi firmada a paz de Badajoz, que deu um fim aos movimentos armados nas áreas das colônias e restabeleceu as relações entre Portugal e Espanha. Os Sete Povos das Missões ficaram finalmente em poder de Portugal.

10. A CRISE DO COLONIALISMO PORTUGUÊS E O CAMINHO DE INDEPENDÊNCIA

No início do século XIX, a guerra que Napoleão travava contra a Europa se fez sentir pela Coroa portuguesa. O tradicional comércio entre Portugal e Inglaterra permaneceu ativo, apesar do bloqueio, imposto por Napoleão. Essa desobediência aos ditames Napoleônicos rendeu uma invasão de Portugal pelas tropas francesas em novembro de 1807. Pouco tempo após a invasão, o Príncipe Dom João optou pela transferência para o Brasil. Junto com ele veio sua mãe, Dona Maria I, que cedeu o trono ao seu filho em 1792, após ter sido declarada incapaz.

Com a vinda da família real, em 1808, modificou-se profundamente a relação entre Colônia e Metrópole.

portos do Brasil às nações ...amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a (...) expressão 'nações amigas' (...) equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas. (FAUSTO, 2003:122)

O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi a primeira carta régia promulgada pelo príncipe regente Dom João, em 28 de Janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, no contexto da Guerra Peninsular, fato que ocorreu apenas quatro dias após sua chegada ao Brasil.

Por esse decreto era autorizada a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas de Portugal, do que se beneficiou largamente o comércio britânico. Foi a primeira experiência liberal do mundo após a Revolução Industrial. O decreto pôs fim ao monopólio português no Brasil

Em 1810, foi assinado o Tratado de Navegação e Comércio. Esse tratado selou a superioridade inglesa no comércio, já que seus produtos passaram a ter vantagens até sobre os produtos portugueses. Esse tratado obrigava a Coroa portuguesa a limitar o tráfico de escravos e a tomar medidas, ainda pouco definidas, para acabar com ele.

relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida (...) na Colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. (...) A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da

Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. (FAUSTO, 2003:125)

A presença da Corte portuguesa no Brasil representou uma circunstância absolutamente sem precedentes na história moderna da humanidade, criando fato consumado de difícil reversão. A estrutura administrativa concebida para viabilizar o funcionamento do governo português no Brasil naturalmente incluiu o estamento militar. Nesse campo, a ação mais importante foi a criação da Academia Real Militar, posta a funcionar em 23 de abril de 1811.

Após chegar ao Brasil, o Príncipe Regente D. João interveio militarmente na Guiana Francesa, conquistando Caiena, em represália à invasão de sua pátria. No sul, em 1816, foi invadido o território uruguaio, decorrendo daí sua posterior incorporação ao Reino Unido do Brasil, com o nome de Província Cisplatina. Concretizava-se, assim, velho sonho português, acalentado desde a fundação da Colônia do Sacramento.

Entre as mudanças que ocorreram com a vinda da Família Real para o Brasil, destacam-se:

- a fundação do primeiro Banco do Brasil, em 1808;
- a criação da Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais também em 1808;
- a criação da Academia Real Militar (1810);
- a abertura de algumas escolas, entre as quais duas de Medicina – uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro;
- a instalação de uma fábrica de pólvora e de indústrias de ferro em Minas Gerais e em São Paulo;
- a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, e a fundação da Academia de Belas-Artes;
- a mudança de denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar "capitanias" e passaram a denominar-se de "províncias" (1821);
- a criação da Biblioteca Real (1810), do Jardim Botânico (1811) e do Museu Real (1818), mais tarde Museu Nacional.

Porém, apesar da presença da corte no Rio de Janeiro contribuir fundamentalmente para o processo de independência gradual, isso não trouxe

tranquilidade no relacionamento entre a Metrópole e a Colônia. A Coroa favorecia abertamente os interesses de portugueses no Brasil. Um grande exemplo desse favorecimento foi a convocação das tropas portuguesas para as principais cidades e a organização de um exército em que os principais postos de comando pertenciam a nobres portugueses. Além disso, para manter a presença da corte e as incursões militares na área do Rio da Prata, a colônia sofreu um aumento significativo nos impostos, o que também causava descontentamentos.

Por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão muito duvidosa. A Revolução Pernambucana, confinada ao Nordeste, fora derrotada. Por sua vez, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino. A guerra terminara na Europa, em 1814, com a derrota de Napoleão. As razões da permanência da Corte no Brasil aparentemente já não existiam. Dom João decidiu, entretanto, permanecer na Colônia e em dezembro de 1815 elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Meses depois, após a morte da rainha, seria sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de Dom João VI. (FAUSTO, 2003:129)

REVOLUÇÃO NATIVISTA OU PERNAMBUCANA

Ocorrida em 1817, situa-se na linha das reações nativistas que se vinham fazendo sentir no Brasil desde o século XVII. Agora, com maior extensão e profundidade, mesclavam-se ao impulso nativista as ideias características do novo século: liberdade, autodeterminação política, republicanismo.

Tal como a Conjuração Mineira, o movimento pernambucano inspirou-se em arrebatado idealismo, pelo qual se sacrificaram os seus mais destacados chefes. Infelizmente, a falta de preparação e de firmeza ideológica do povo já o condenava, desde o início, a irremediável fracasso. Ademais, se o movimento lograsse êxito, naquele momento, poderia aquela região ficar separada em definitivo das demais, que se mantinham fiéis ao governo central. É sob a perspectiva da integridade nacional, em particular, que se avalia o benefício do desfecho, embora se condene a dureza da repressão. Devem igualmente ser condenados os atos de vingança e violência de que foram vítimas os revolucionários, os simpatizantes ou os suspeitos de apoiarem o movimento, a partir do prenúncio da vitória do governo Joanino. Muitas das medidas punitivas foram aplicadas por indivíduos que antes apoiavam a revolução. Se isto põe em evidência uma das muitas contradições que anunciavam

o fracasso da tentativa revolucionária, pode também evidenciar uma fraqueza que se apresenta para meditação aos que se preocupam com o aperfeiçoamento do caráter nacional, através da restauração ou do fortalecimento de valores morais.

Após a vinda da família real para o Brasil em 1808, a colônia passou a ter o caráter da metrópole, provocando também, uma mudança no perfil socioeconômico brasileiro. As novas políticas de D. João se concentravam somente na região centro-sul do Brasil, resultando na insatisfação dos habitantes de outras regiões. Além disso, os militares brasileiros estavam bastante insatisfeitos com a política de D. João, que privilegiava os militares portugueses, dando a estes os melhores postos da oficialidade.

A região Nordeste era a mais insatisfeita. A crise da produção do açúcar aliada à Grande seca, de 1816, fez com que a região ficasse muito debilitada economicamente. Com a independência dos EUA e de algumas colônias espanholas, os pernambucanos, sob influência dos ideais iluministas, organizaram um movimento emancipacionista; a última tentativa de independência antes de 1822.

O movimento foi liderado por Domingos José Martins, Antônio Carlos de Andrada e Silva e Frei Caneca. Alimentada por um forte sentimento de patriotismo, a revolta se espalhou por outros Estados, como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Foi instalado um governo provisório, o qual aboliu alguns impostos e estabeleceu uma Constituição onde asseguravam princípios iluministas, como liberdade de expressão e igualdade de todos perante a Lei.

Dois meses após o surgimento do movimento, o governo português cercou Recife, a capital pernambucana, por mar e terra, resultando no desespero dos revolucionários e no fim do movimento.

A PERMANÊNCIA DE D. JOÃO NO BRASIL E A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

A decisão de Dom João de permanecer no Brasil não agradou à Portugal e, em agosto de 1820, a crise política causada pela ausência do Rei, combinada com uma crise econômica e militar (causada pela presença de oficiais ingleses no comando do exército português), construiu as bases para a Revolução Liberal do Porto.

Diante da transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821), Portugal continental viu-se invadido pelas tropas napoleônicas. Embora batidas com o auxílio de tropas britânicas, o país viu-se na dupla condição de colônia brasileira e protetorado britânico. A assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, que na prática significou o fim do chamado "pacto colonial" (também denominado de "exclusivo metropolitano", sistema pelo qual os países da Europa que possuíam colônias na América mantinham o monopólio da importação das matérias-primas mais lucrativas dessas possessões, bem como da exportação de bens de consumo para as respectivas colônias) e, posteriormente, dos Tratados de 1810, garantindo privilégios alfandegários aos produtos britânicos nas alfândegas portuguesas, mergulhou o comércio de cidades como o Porto e Lisboa em uma profunda crise, de que se ressentia a sua classe burguesa.

Como resultado, no fim de 1820 os revolucionários liberais montaram uma junta provisória para governar no lugar do Rei, aumentando a pressão para sua volta.

No Brasil, o "Partido Brasileiro" composto por grandes proprietários rurais, não queria a volta de Dom João a Portugal. Mas a possibilidade de perder o trono português fez com que o Rei voltasse em 1821. Dom João foi, mas deixou seu filho, Dom Pedro, como príncipe Regente.

Quando a pressão de Portugal se voltou para o retorno de Dom Pedro, o "Partido Brasileiro" reagiu. O "Dia do Fico", em 9 de janeiro de 1822, quando o príncipe regente proferiu sua intenção de ficar no Brasil em frente à população, foi um momento marcante e o início da ruptura com Portugal.

chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. a 1º. de dezembro, com apenas (...) 24 anos, o príncipe regente (...) era coroado Imperador, recebendo o título de Dom Pedro I. (FAUSTO, 2003:134)

A independência veio com a manutenção da Monarquia. O fato de ser um português o novo ocupante do trono causava desconforto, já que era uma figura da Metrópole dirigindo a antiga Colônia, o que levaria a várias disputas nos anos que se seguiram. No processo de consolidação da independência ocorreram alguns conflitos militares onde brasileiros lutaram contra portugueses que estavam aqui desde a vinda da família real em 1808.

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Ao contrário do que muitos chegam a imaginar, a proclamação de independência do Brasil não foi comemorada por todas as províncias que receberam a notícia. Depois da proclamação, o imperador Dom Pedro I teve grande trabalho para conter as várias revoltas que ocorreram contra o processo de independência. Contudo, como seria possível que em algumas regiões do país os laços coloniais fossem defendidos de tal forma?

Para solucionar tal questão, devemos nos reportar ao governo de D. João VI (1808 – 1822), marcado por uma série de medidas que concediam privilégios e direitos aos súditos brasileiros. Preocupada com tal ação, os parlamentares das Cortes portuguesas decidiram frear esse sentimento autonomista patrocinado pelo monarca lusitano. Dessa forma, os políticos lusitanos exigiram a volta do rei a Portugal e colocaram o governo das províncias sob o controle direto dos portugueses.

No momento em que declarou a independência do Brasil, os governos e tropas de algumas províncias foram levadas a expressar sua incondicional fidelidade ao governo lusitano. Na Bahia, um violento conflito ocorreu entre 7 de setembro de 1822 a 2 de julho de 1823. Na região do Grão-Pará, a resistência contra o domínio imperial acabou deixando cerca de 1300 mortos, sendo uma parte destes mortos por asfixia no porão de navios capturados pelas forças de Dom Pedro I.

A vitória do governo brasileiro na Bahia foi de importância fundamental para que outros levantes de menor proporção também fossem sufocados. Nas províncias do Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Ceará aconteceram outras tentativas de resistência que não conseguiram de fato ameaçar a ordem instituída. Além disso, os moradores da Cisplatina, atual Uruguai, também viram na transição uma oportunidade de se livrar do jugo brasileiro.

Para obter tantas vitórias militares em território nacional, Dom Pedro I não tinha condições de organizar um exército que pudesse cumprir todos esses expedientes. Não por acaso, nosso primeiro imperador recorreu ao auxílio financeiro da Inglaterra e contratou os serviços de mercenários ingleses que tiveram importante papel nestes conflitos. Entre os principais nomes britânicos a serem

grifados nas guerras de independência, podemos citar John Pascoe Grenfell e Lord Cochrane.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Conjuração do Rio de Janeiro”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial – vol. 2 – Administração, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 5, Capítulo IV. Pp. 451-455.

LUZ, Nícia Vilela. “Inquietação revolucionária no Sul: Conjuração Mineira”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial – vol. 2 – Administração, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 5, Capítulo III. pp. 438-450.

MATTOS, Odilon Nogueira de. “A Guerra dos Emboabas”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial – vol. 1 – Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 5, Capítulo III. pp. 324-334.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. & WRIGHT, Antônia Fernanda P. A. “O Brasil no período dos Filipes”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial – vol. 1 – Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 4, Capítulo II. pp. 197-212.

REIS, Arthur César Ferreira. “A inconfidência baiana”. In: HOLANDA, Sergio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A época colonial – vol. 2 – Administração, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 5, Capítulo V. pp. 456-462.